

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	25
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	26
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.717.178
Preferenciais	40.991.800
Total	108.708.978
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	798.325	813.727	871.508
1.01	Ativo Circulante	137.281	150.605	554.488
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	376	3.691	2.451
1.01.02	Aplicações Financeiras	115.786	123.347	540.640
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	115.786	123.347	540.640
1.01.02.01.03	Investimento de curto prazo	115.786	123.347	540.640
1.01.03	Contas a Receber	11.716	13.959	10.181
1.01.03.01	Clientes	11.716	10.807	10.181
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	3.152	0
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	0	3.152	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.525	7.933	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.525	7.933	0
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	8.525	7.933	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	859	1.669	1.200
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	446	1.240	751
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	413	429	449
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19	6	16
1.01.08.03	Outros	19	6	16
1.02	Ativo Não Circulante	661.044	663.122	317.020
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.552	99.714	636
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	50
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	50
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.552	99.714	586
1.02.01.10.03	Outros ativos	153	154	586
1.02.01.10.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	99.560	0
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições sociais diferidos	6.399	0	0
1.02.02	Investimentos	355.742	253.732	0
1.02.02.01	Participações Societárias	355.742	253.732	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	355.742	253.732	0
1.02.03	Imobilizado	275.880	286.004	291.900
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	271.267	278.104	287.556
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.613	7.900	4.344
1.02.04	Intangível	22.870	23.672	24.484
1.02.04.01	Intangíveis	22.870	23.672	24.484
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	22.856	23.656	24.470
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	14	16	14

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	798.325	813.727	871.508
2.01	Passivo Circulante	37.428	33.028	30.272
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.268	1.113	684
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.268	1.113	684
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	1.268	1.113	684
2.01.02	Fornecedores	3.081	3.394	2.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	629	1.345	4.879
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	629	1.345	4.879
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	3.682
2.01.03.01.02	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	0	0	105
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	569	1.322	1.032
2.01.03.01.04	Outros	60	23	60
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.868	25.626	12.434
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.868	25.626	12.434
2.01.05	Outras Obrigações	9.582	1.550	9.932
2.01.05.02	Outros	9.582	1.550	9.932
2.01.05.02.04	Dividendos declarados	0	0	8.176
2.01.05.02.05	Uso do bem público	565	543	450
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	1.232	947	1.249
2.01.05.02.07	Arrendamentos	89	60	57
2.01.05.02.08	Opções de compra de ações outorgadas	7.677	0	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	19	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	606.227	609.221	611.870
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.706	599.626	599.547
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	599.706	599.626	599.547
2.02.02	Outras Obrigações	6.521	6.397	6.310
2.02.02.02	Outros	6.521	6.397	6.310
2.02.02.02.03	Uso do bem público	4.714	4.591	4.264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.04	Outras obrigações	1.555	1.556	1.554
2.02.02.02.05	Arrendamentos	252	250	492
2.02.03	Tributos Diferidos	0	3.198	6.013
2.03	Patrimônio Líquido	154.670	171.478	229.366
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270	168.270
2.03.02	Reservas de Capital	-518	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	0	3.208	61.096
2.03.04.01	Reserva Legal	0	3.208	7.068
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	54.028
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.082	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.909	80.836	81.953
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-36.386	-33.504	-19.641
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-22.304	-20.570	-19.440
3.02.02	Compra de energia elétrica	-3.273	-2.170	-8.974
3.02.03	Depreciação e amortização	-10.755	-10.710	-10.070
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-54	-54	-78
3.02.05	(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	0	0	18.921
3.03	Resultado Bruto	50.523	47.332	62.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.233	-2.637	-4.655
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.896	-1.828	-2.540
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	43
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.714	-2.638	-2.158
3.04.05.01	Pessoal	-1.686	-2.158	-1.710
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-946	-411	-338
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-82	-69	-110
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.377	1.829	0
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.377	1.967	0
3.04.06.02	Perdas em transações de capital	0	-138	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.290	44.695	57.657
3.06	Resultado Financeiro	-73.177	-51.369	-10.897
3.06.01	Receitas Financeiras	14.678	33.586	9.593
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.855	-84.955	-20.490
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.887	-6.674	46.760
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.597	2.815	-12.337
3.08.01	Corrente	0	0	-5.904
3.08.02	Diferido	9.597	2.815	-6.433
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.290	-3.859	34.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.290	-3.859	34.423

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,1498	-0,0355	0,3167
3.99.01.02	PN	-0,1498	-0,0355	0,3167
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,1498	-0,0355	0,3167
3.99.02.02	PN	-0,1498	-0,0355	0,3167

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.290	-3.859	34.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.290	-3.859	34.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.911	40.623	36.753
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.740	52.073	48.910
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-25.887	-6.674	46.760
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.891	10.833	10.258
6.01.01.03	Encargos de dívidas	86.643	83.520	19.267
6.01.01.05	Outras variações monetárias líquidas	-648	132	399
6.01.01.06	Receita de aplicações financeiras	-14.407	-35.221	-9.550
6.01.01.07	Perdas na baixa de imobilizado	0	357	0
6.01.01.08	Provisão e estorno para contingências	0	0	-28
6.01.01.09	Extensão da concessão	0	0	-18.921
6.01.01.10	Baixa depósitos judiciais	0	-5	-115
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-1.377	-1.967	0
6.01.01.12	Perdas com investimentos	0	138	0
6.01.01.13	Encargos de dividas arrendamento	103	29	0
6.01.01.14	Atualização monetária - Uso do bem público	695	931	840
6.01.01.15	Atualização monetária dividas	15	0	0
6.01.01.16	Impostos sobre aplicações financeiras	712	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-829	-7.416	-9.463
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-909	-626	-13
6.01.02.02	Tributos e contribuições socais a compensar	-52	50	0
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-886	23	-65
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	996	5	-485
6.01.02.06	Fornecedores	-297	1.048	-4.926
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	727	87	-120
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	153	324	-35
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-1.255	-7.328	-2.295
6.01.02.10	Provisões de contingências	0	0	-3.002
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-100	-510	1.478

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.12	Adiantamento de Fornecedores	794	-489	0
6.01.03	Outros	0	-4.034	-2.694
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	0	-4.034	-2.694
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	30.280	93.236	-524.696
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	139.504	561.466	172.032
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-117.536	-108.952	-703.122
6.02.03	Resgate em títulos e valores mobiliários	0	0	7.162
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	0	0	-202
6.02.05	Adições no imobilizado	-859	-4.661	-190
6.02.06	Adições no intangível	-11	-2	-376
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	-10.440	-99.560	0
6.02.08	Dividendos recebidos	19.622	21.440	0
6.02.09	Aquisição de investimentos	0	-276.495	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-89.506	-132.619	430.391
6.03.01	Pagamentos de dividendos	0	-62.204	-52.783
6.03.02	Captação de debêntures	0	0	599.451
6.03.03	Amortização de principal arrendamentos	-72	-58	-106
6.03.04	Amortização de juros de arrendamentos	-34	-29	-33
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	0	0	-109.073
6.03.06	Amortização de juros do financiamento	-89.400	-70.328	-7.065
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.315	1.240	-57.552
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.691	2.451	60.003
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	376	3.691	2.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	3.208	0	0	171.478
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	3.208	0	0	171.478
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-518	0	0	0	-518
5.04.08	Ganhos (Perdas) em transações com sócios	0	-518	0	0	0	-518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.290	0	-16.290
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.290	0	-16.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.208	3.208	0	0
5.06.06	Compensação com prejuízos	0	0	-3.208	3.208	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	61.096	0	0	229.366
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	61.096	0	0	229.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-54.029	0	0	-54.029
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.029	0	0	-54.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.859	0	0
5.06.04	Transferência para reserva de lucros	0	0	0	3.859	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	3.208	0	0	171.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.04.06	Dividendos	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.423	0	34.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.423	0	34.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.247	-26.247	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.721	-1.721	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	24.526	-24.526	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	61.096	0	0	229.366

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	96.905	90.069	86.171
7.01.02	Outras Receitas	96.905	90.069	86.171
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	96.905	90.069	86.128
7.01.02.02	Outras Receitas	0	0	43
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.592	-22.078	-10.554
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.979	-5.705	-6.751
7.02.04	Outros	-18.613	-16.373	-3.803
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-7.953	-7.178	-6.992
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-1.706	-1.611	-1.353
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-5.681	-5.414	-5.405
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-3.273	-2.170	9.947
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.313	67.991	75.617
7.04	Retenções	-10.891	-10.833	-10.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.891	-10.833	-10.258
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.422	57.158	65.359
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.055	35.553	9.593
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.377	1.967	0
7.06.02	Receitas Financeiras	14.678	33.586	9.593
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.477	92.711	74.952
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.477	92.711	74.952
7.08.01	Pessoal	4.545	4.196	2.915
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.196	3.228	2.182
7.08.01.02	Benefícios	939	756	572
7.08.01.03	F.G.T.S.	410	212	161
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.222	7.160	17.044
7.08.02.01	Federais	1.219	7.157	17.044
7.08.02.02	Estaduais	3	3	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.000	85.076	20.570

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	86.746	83.549	19.300
7.08.03.02	Aluguéis	145	121	80
7.08.03.03	Outras	1.109	1.406	1.190
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	1.109	1.406	1.190
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.290	-3.859	34.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.290	-3.859	34.423
7.08.05	Outros	0	138	0
7.08.05.01	Perda em Transações de Capital	0	138	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.379.664	1.381.112	0
1.01	Ativo Circulante	191.930	272.521	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.877	33.028	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	134.724	204.718	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	126.932	198.403	0
1.01.02.01.03	Investimento de Curto prazo	126.932	198.403	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	7.792	6.315	0
1.01.02.02.02	Títulos e valores mobiliários	7.792	6.315	0
1.01.03	Contas a Receber	30.811	22.001	0
1.01.03.01	Clientes	30.811	22.001	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.033	8.504	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.033	8.504	0
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	9.033	8.504	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.405	4.240	0
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	1.127	2.592	0
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	1.278	1.648	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80	30	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.187.734	1.108.591	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.328	13.550	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.328	13.550	0
1.02.01.10.03	Outros ativos	4.742	4.752	0
1.02.01.10.04	Tributos e contribuições sociais a compensar	3.187	5.618	0
1.02.01.10.05	Derivativos financeiros	0	3.180	0
1.02.01.10.06	Tributos e contribuições sociais diferidos	6.399	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.134.920	1.057.478	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.113.102	621.856	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	21.818	435.622	0
1.02.04	Intangível	38.486	37.563	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	38.486	37.563	0
1.02.04.01.02	Intangíveis em Operação	38.275	37.457	0
1.02.04.01.03	Intangíveis em Andamento	211	106	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.379.664	1.381.112	0
2.01	Passivo Circulante	159.882	320.711	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.683	2.362	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.683	2.362	0
2.01.01.02.01	Salário e férias a pagar	2.683	2.362	0
2.01.02	Fornecedores	10.338	16.773	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.684	3.942	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.684	3.942	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.761	1.387	0
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.715	2.159	0
2.01.03.01.03	Outros	208	396	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.743	291.699	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	81.875	266.073	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.646	15.223	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	63.229	250.850	0
2.01.04.02	Debêntures	22.868	25.626	0
2.01.05	Outras Obrigações	14.723	5.838	0
2.01.05.02	Outros	14.723	5.838	0
2.01.05.02.04	Arrendamentos	255	197	0
2.01.05.02.05	Uso do bem público	966	923	0
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	2.620	1.642	0
2.01.05.02.07	Credores diversos	3.205	48	0
2.01.05.02.08	Dividendo Declarados	0	3.028	0
2.01.05.02.09	Opções de compra de ações outorgadas	7.677	0	0
2.01.06	Provisões	23.711	97	0
2.01.06.02	Outras Provisões	23.711	97	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	400	97	0
2.01.06.02.04	Provisões de constituição dos ativos	23.311	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02	Passivo Não Circulante	842.410	673.774	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	806.440	655.671	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	206.734	56.045	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	206.734	56.045	0
2.02.01.02	Debêntures	599.706	599.626	0
2.02.02	Outras Obrigações	19.417	10.150	0
2.02.02.02	Outros	19.417	10.150	0
2.02.02.02.03	Uso do bem público	8.026	7.772	0
2.02.02.02.04	Outras obrigações	1.556	1.555	0
2.02.02.02.05	Arrendamentos	4.835	823	0
2.02.02.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	5.000	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	3.199	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.199	0
2.02.04	Provisões	16.553	4.754	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.169	4.169	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.169	4.169	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.384	585	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.323	585	0
2.02.04.02.04	Provisões de constituição dos ativos	712	0	0
2.02.04.02.05	Provisão para desmobilizaçãode ativos	8.349	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	377.372	386.627	0
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270	0
2.03.02	Reservas de Capital	-518	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	0	3.208	0
2.03.04.01	Reserva Legal	0	3.208	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.082	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	222.702	215.149	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	174.983	105.599	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.516	-48.894	0
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-47.432	-30.806	0
3.02.02	Compra de energia elétrica	-8.089	-3.026	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-33.896	-14.993	0
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-99	-69	0
3.03	Resultado Bruto	85.467	56.705	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.507	-6.242	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.123	-2.591	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	93	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.477	-3.513	0
3.04.05.01	Pessoal	-3.854	-2.944	0
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-1.400	-447	0
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-223	-122	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-138	0
3.04.06.01	Perdas em transações de capital	0	-138	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.960	50.463	0
3.06	Resultado Financeiro	-89.025	-53.995	0
3.06.01	Receitas Financeiras	17.823	33.591	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-106.848	-87.586	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.065	-3.532	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.599	2.019	0
3.08.01	Corrente	-3.998	-796	0
3.08.02	Diferido	9.597	2.815	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.466	-1.513	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.466	-1.513	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-16.290	-3.859	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.824	2.346	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0687	-0,0139	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	-0,0687	-0,0139	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.466	-1.513	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.466	-1.513	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-16.290	-3.859	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.824	2.346	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.209	61.985	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108.271	64.066	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-13.065	-3.532	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	34.218	15.184	0
6.01.01.03	Encargos de dívidas	101.598	85.976	0
6.01.01.04	Outras variações monetárias líquidas	-1.419	38	0
6.01.01.05	Receita de aplicações financeiras	-15.092	-35.221	0
6.01.01.06	Perdas com investimentos	0	138	0
6.01.01.07	Receita de aplicações financeiras capitalizada	0	36	0
6.01.01.08	Baixa de imobilizado	7	357	0
6.01.01.09	Baixa depósitos judiciais	0	-5	0
6.01.01.10	Encargos de dívidas arrendamentos	49	51	0
6.01.01.11	Atualização monetária - Uso do bem público	1.243	1.044	0
6.01.01.12	Atualização monetária dívidas	20	0	0
6.01.01.13	Impostos sobre aplicações financeiras	712	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.622	4.590	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-8.811	-2.744	0
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais a compensar	1.149	-3	0
6.01.02.03	Adiantamento de Fornecedores	1.466	-303.418	0
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-1.455	-411	0
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	896	-1.109	0
6.01.02.06	Fornecedores	-21.907	321.832	0
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	833	-98	0
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	422	828	0
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-1.178	-9.517	0
6.01.02.10	Provisões de contingências	0	-241	0
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-37	-529	0
6.01.03	Outros	-3.440	-6.671	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-3.440	-6.671	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.455	-168.170	0
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	314.838	911.127	0
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-244.465	-504.553	0
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	311	-6.315	0
6.02.05	Aquisição de investimentos	0	-186.495	0
6.02.07	Adições no imobilizado	-42.649	-335.972	0
6.02.08	Adições no intangível	-236	-44	0
6.02.09	Aumento de Capital	10.656	0	0
6.02.10	Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	0	-45.918	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-132.815	68.670	0
6.03.01	Amortização de principal arrendamentos	-224	-101	0
6.03.02	Amortização de juros de arrendamentos	-239	-51	0
6.03.03	Amortização de juros do financiamento	-141.903	-90.123	0
6.03.04	Empréstimos tomados	169.143	246.720	0
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	-186.032	-4.972	0
6.03.07	Pagamentos de dividendos	0	-82.803	0
6.03.08	Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	26.440	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.151	-37.515	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.028	70.543	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.877	33.028	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	3.208	0	0	171.478	215.149	386.627
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	3.208	0	0	171.478	215.149	386.627
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-518	0	0	0	-518	14.553	14.035
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	21.656	21.656
5.04.08	Ganhos (Perdas) em transações com sócios	0	-518	0	0	0	-518	518	0
5.04.09	Opções de compra de ações outorgadas	0	0	0	0	0	0	-7.621	-7.621
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.290	0	-16.290	8.824	-7.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.290	0	-16.290	8.824	-7.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.208	3.208	0	0	-15.824	-15.824
5.06.06	Compensação com prejuízos	0	0	-3.208	3.208	0	0	0	0
5.06.07	Destinação de Dividendos	0	0	0	0	0	0	-15.824	-15.824
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670	222.702	377.372

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-54.029	0	0	-54.029	212.803	158.774
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	212.894	212.894
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.029	0	0	-54.029	0	-54.029
5.04.08	Perda na transação de capital	0	0	0	0	0	0	-91	-91
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859	2.346	-1.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-3.859	-3.859	0	-3.859	2.346	-1.513
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.859	0	0	0	0
5.06.04	Transferência para reserva de lucros	0	0	0	3.859	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	3.208	0	0	171.478	215.149	386.627

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	35.018	0	0	203.288	0	203.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	35.018	0	0	203.288	0	203.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169	-8.176	0	-8.345	0	-8.345
5.04.06	Dividendos	0	0	-169	-8.176	0	-8.345	0	-8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.423	0	34.423	0	34.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.423	0	34.423	0	34.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.247	-26.247	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.721	-1.721	0	0	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	24.526	-24.526	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	61.096	0	0	229.366	0	229.366

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	273.643	453.961	0
7.01.02	Outras Receitas	189.495	116.086	0
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	189.402	116.086	0
7.01.02.02	Outras Receitas	93	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	84.148	337.875	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-132.928	-364.421	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.672	-7.806	0
7.02.04	Outros	-76.256	-356.615	0
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-15.844	-10.846	0
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-3.068	-1.859	0
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-11.375	-9.589	0
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-8.089	-3.026	0
7.02.04.05	Custos de construção	-37.880	-331.295	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	140.715	89.540	0
7.04	Retenções	-34.218	-15.184	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.218	-15.184	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	106.497	74.356	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.823	33.591	0
7.06.02	Receitas Financeiras	17.823	33.591	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.320	107.947	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.320	107.947	0
7.08.01	Pessoal	11.635	12.132	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.271	9.259	0
7.08.01.02	Benefícios	2.456	2.183	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	908	690	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.911	9.413	0
7.08.02.01	Federais	12.905	9.410	0
7.08.02.02	Estaduais	6	3	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.240	87.777	0
7.08.03.01	Juros	104.241	86.108	0
7.08.03.02	Aluguéis	392	191	0
7.08.03.03	Outras	2.607	1.478	0
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	2.607	1.478	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.466	-1.513	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.290	-3.859	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.824	2.346	0
7.08.05	Outros	0	138	0
7.08.05.01	Perda em transação de capital	0	138	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Foz do Rio Claro Energia S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 – MME – UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	37,1 MW (megawatts)

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I (“EAP I”) e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”). As Companhias de fonte eólica EAP I e EAP II passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. (“Ijuí”), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022.

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passará a ser de 37,1 MW médios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Governança corporativa

A Foz do Rio Claro Energia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo
- (ii) Diretor de Gestão de Energia, e
- (iii) Diretor técnico

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho econômico-financeiro**

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	Variação %	31/12/2023	31/12/2022	Variação %
Receita operacional bruta	96.905	90.069	7,6%	189.402	116.086	63,2%
(-) Deduções da receita operacional	(9.996)	(9.233)	8,3%	(14.419)	(10.487)	37,5%
Receita operacional líquida	86.909	80.836	7,5%	174.983	105.599	65,7%
(-) Custos operacionais	(36.386)	(33.504)	8,6%	(89.516)	(48.894)	83,1%
Lucro bruto	50.523	47.332	6,7%	85.467	56.705	50,7%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.610)	(4.466)	3,2%	(9.507)	(6.104)	55,8%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	1.377	1.829	-24,7%	-	(138)	0,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(73.177)	(51.369)	42,5%	(89.025)	(53.995)	64,9%
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(25.887)	(6.674)	287,9%	(13.065)	(3.532)	269,9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	0,0%	(3.998)	(796)	402,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.597	2.815	100,0%	9.597	2.815	100,0%
Prejuízo do exercício	(16.290)	(3.859)	322,1%	(7.466)	(1.513)	393,5%
Ativo total	798.325	813.727	-1,9%	1.379.664	1.381.112	-0,1%
Investimentos (*)	654.492	563.408	16,2%	1.173.406	1.095.041	7,2%

(*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas.

Comentários relevantes - Consolidado

A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 174.983 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação aos R\$ 105.599 do mesmo exercício de 2022. O aumento de 65,7% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR), e pela entrada em operação das controladas “EAP I” e “EAP II”.

Os custos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da controladora e suas controladoras apresentam aumento de 83,1% se comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pela entrada em operação das controladas “EAP I” e “EAP II” que geraram o início do processo de depreciação do ativo imobilizado do parque eólico bem como os custos com encargos de uso da rede elétrica. As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam aumento de 55,8% quando comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pela linha de serviços de terceiros, seguros e compra de energia decorrente da entrada em operação das controladas “EAP I” e “EAP II”.

As despesas/receitas financeiras líquidas da controladora e suas controladas apresentaram aumento de 64,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pelo aumento de despesas com juros da 1ª emissão de debêntures da controladora e juros dos empréstimos das controladas “EAP I” e “EAP II”.

O imposto de renda e contribuição social apresentam variações de acordo com o LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados a extensão da concessão que é realizado de mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(16.290)	(3.859)	(7.466)	(1.513)
(+) Resultado financeiro	73.177	51.369	89.025	53.995
(+) Depreciação e amortização (*)	10.891	10.833	34.218	15.184
(+) IR/CS correntes	-	-	3.998	796
(+) IR/CS diferidos	(9.597)	(2.815)	(9.597)	(2.815)
(=) EBITDA	58.181	55.528	110.178	65.647

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos				
Circulante	(22.957)	(25.686)	(104.998)	(291.896)
Não circulante	(599.958)	(599.876)	(811.275)	(656.494)
Dívida total	(622.915)	(625.562)	(916.273)	(948.390)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	116.162	127.038	149.601	237.746
Dívida líquida	(506.753)	(498.524)	(766.672)	(710.644)
Patrimônio líquido	154.670	171.478	377.372	386.627
Índice de endividamento líquido	3,28	2,91	2,03	1,84

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Foz do Rio Claro Energia mantinha em seu quadro 30 colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Foz do Rio Claro Energia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos;
- Programa de Monitoramento Hidrológico;
- Programa de Recuperação da APP;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Transposição Manual de Peixes;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia;
- Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática;
- Programa de Monitoramento de Ictiofauna;
- Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Programa de Comunicação Social, e,
- Programa de Educação Ambiental.

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Ltda. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

Controladora:

A Foz do Rio Claro Energia S.A (Companhia), é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 05 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO (“Contrato de Concessão”), datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos até 14 de agosto de 2041, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	37,1 MW (megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira de 39 MW para 37,1 MW.

Controladas:

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I (“EAP I”) e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”). As Companhias de fonte eólica EAP I e EAP II passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. (“Ijuí”), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022.

Em 21 de julho de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.474/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP I, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW São João, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 6 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 25,2 MW e garantia física de 14,1 MW médios.

Em 13 de setembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.394/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP II, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW Santa Régia, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 9 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios.

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Autorização		Início da Operação	Energia Assegurada MW
			Início	Fim		
Eólica do Agreste Potiguar I	Jandira (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	27/07/2023	25.200
Eólica do Agreste Potiguar II	Jandira (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	13/09/2023	37.800
Ijuí Energia S.A	Rolador e Salvador das Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	28/03/2011	51.000

Não há previsão de renovação das autorizações das Companhias de fonte eólicas, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

1.1 - Assuntos relevantes do período

Acordo para autoprodução com a WEG S.A.

Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”) celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. (“WEG”) para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia a partir de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2041.

Esta Parceria contribui para a expansão dos parques geradores da Controlada, através de operações no mercado livre de energia e reforça o posicionamento da mesma no âmbito de uma transição energética mais sustentável e renovável.

Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações

Em finalização ao contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro.

A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 4.087.876 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

A Foz passou a ser proprietária de 10.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.920.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Com isso a participação acionária na EAP II passou a ser a seguinte:

EAP II	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	2.519.992	17,56%	10.264.731	71,52%	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	-	0,00%	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	-	0,00%	952.956	3,32%
Total das ações	14.352.607	100,00%	14.352.607	100,00%	28.705.214	100,00%

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a cerca de 93,14%.

O contrato ainda prevê opção de compra e venda de ações, no qual dá direito, e obriga a Alupar e a Foz do Rio Claro a recomprarem a totalidade das ações detidas pela WEG, podendo ser exercida por qualquer acionista a qualquer tempo durante o prazo do contrato. O preço tanto pela recompra pela Alupar e Foz do Rio Claro, como pela venda da WEG será o valor aportado, de R\$10.656, atualizado pelo IPCA.

Como se trata de um instrumento com opção de venda, o CPC 39 (IAS 32) item 16A determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, não obstante, a Administração avaliou que a Alupar e a Foz do Rio Claro possuem direitos substantivos sobre a EAP II, possuindo controle sobre as atividades relevantes e estando mais expostas aos riscos e retornos, diante deste cenário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG que foi tratado como instrumento financeiro. O respectivo passivo foi contabilizado na rubrica de opções de compra de ações outorgadas no passivo circulante no montante de R\$ 7.621. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 7.677.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Continuação

Declaração de conformidade

A autorização para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 04 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais.

A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas – Continuação

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) da controladora “Foz” e controlada “Ijuí”;
- Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão na controladora Foz.
- Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.3 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia ou suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia ou suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia ou suas controladas esperam receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia ou suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia ou suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não identificaram tais eventos ou circunstâncias.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos as controladas da Companhia trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Ativo imobilizado".

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.7 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.8 Tributação

Tributos sobre as vendas (controladora)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Tributos sobre as vendas (controladas)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.9 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e a controlada “Ijuí” têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia e a controlada “Ijuí”, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.11 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.12 Provisão para desmobilização

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

3.13 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada “Ijuí” vendem a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo preço médio de venda atualizado na Controladora em dezembro de 2023 é de R\$ 282,67 MW/h (R\$ 259,01 MW/h em 2022) e na controlada “Ijuí” a garantia física equivalente a 30 MW médios cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 302,97 (R\$ 277,81 MW/h em 2022), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

As controladas “EAP I” e “EAP II” comercializam a sua energia produzida no Ambiente de Contratação Livre -ACL através de contratos bilaterais. Durante o segundo semestre de 2023, a venda de energia da “EAP I” foi realizada ao preço médio de venda de R\$105,39 por MWh e na “EAP II” ao preço médio de R\$ 122,71 por MWh

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.16 Informação por segmento

A Companhia e suas controladas são administradas com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia e suas controladas são realizadas em território nacional.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.17 Normas e interpretações emitidas ainda não vigentes

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23 (IAS 8))
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 (IAS 1)); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32 (IAS 12)).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração 31/12/2023 e 31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo	-	2	4	9	10
Banco conta movimento	-	371	3.673	14.865	30.001
Aplicações financeiras automáticas	20,00 % do CDI	3	14	3	3.017
		376	3.691	14.877	33.028

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas

5 Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento - STA Energia	101,12% do CDI	102,06% do CDI	115.786	123.347	126.932	198.403
Títulos e valores mobiliários - Controlada "Ijuí"	-	-	-	-	7.792	6.315
			115.786	123.347	134.724	204.718

Fundo de Investimento STA:

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Suprimento de energia elétrica - Ambiente regulado	11.212	10.633	28.726	21.480
Ajuste positivo - CCEE	504	174	2.085	521
	11.716	10.807	30.811	22.001

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto da controladora e suas controladas Ijuí Energia, EAP I e EAP II que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo - CCEE” referem-se a valores a receber da controladora e sua controlada Ijuí Energia e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício de 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

7 Investimentos em controladas

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

Saldo em 31/12/2023						
Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas:						
EAP I	106.927.392	79,08	204.460	107.022	105.864	(8.426)
EAP II (*)	161.413.376	71,52	349.149	186.507	170.536	(7.894)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	391.176	72.809	291.843	26.524
Total Consolidado	429.045.059		944.785	366.338	568.243	10.204

(*) Para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG tendo em vista a opção de compras das ações de maneira irrevogável e irretroatável, conforme citado da Nota Explicativa 1.1.

Saldo em 31/12/2022						
Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas:						
EAP I	30.000	57,29	216.218	164.914	52.251	(947)
EAP II	60.000	63,18	290.574	197.134	94.861	(1.421)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	417.039	92.901	317.457	6.681
Total Consolidado	160.794.291		923.831	454.949	464.569	4.313

A movimentação dos investimentos para o exercício de 31 de dezembro de 2023 é:

Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2022	Participação societária (%) em 31/12/2022	Resultado das controladas em 31/12/2023	Participação societária (%)	Resultado de equivalência	Aumento de capital (*)	Opções de compra de ações outorgadas	Perda em transação entre sócios	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2023
Controladas:										
EAP I	29.391	57,29	(8.426)	79,08	(6.604)	54.560	-	(290)	-	77.057
EAP II	59.031	63,18	(7.894)	71,52	(5.546)	55.440	7.621	(228)	-	116.318
Ijuí Energia	165.310	51,00	26.524	51,00	13.527	-	-	-	(16.470)	162.367
Total Controladora	253.732		10.204		1.377	110.000	7.621	(518)	(16.470)	355.742

(*) O aumento de capital foi realizado através conversão de AFAC.

Notas Explicativas

7 Investimentos em controladas - Continuação

Movimentação dos investimentos	Saldo em 31.12.2021	Aquisição/Aportes	Perdas em transação de capital	Resultado das controladas em 31/12/2022	(%) de Participação	Resultado de equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
Controladas:								
EAP I	-	30.000	(67)	(947)	57,29	(542)	-	29.391
EAP II	-	60.000	(71)	(1.421)	63,18	(898)	-	59.031
Ijuí Energia	-	186.495	-	6.681	51,00	3.407	(24.592)	165.310
Total Controladora	-	276.495	(138)	4.313		1.967	(24.592)	253.732

Participação dos acionistas não controladores

Movimentação dos investimentos	Participação societária (%) 31.12.2023	Saldo 31.12.2022	Resultado dos não controladores	Aumento de capital (*)	Opções de compra de ações outorgadas	Ganho em transação entre sócios	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2023
Controladas:								
EAP I	20,92	21.916	(1.822)	-	-	290	-	20.384
EAP II	28,48	34.403	(2.348)	11.000	3.035	228	-	46.318
Ijuí Energia	49,00	158.830	12.994	-	-	-	(15.824)	156.000
Total Controladora		215.149	8.824	11.000	3.035	518	(15.824)	222.702

8 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Controladora					Consolidado					
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Transferência	Outros (i)	31/12/2023	31/12/2022	Adições	Reclassificações (iii)	Outros (i)	31/12/2023
Em serviço											
Terrenos	-	9.010	-	2.290	-	11.300	37.854	-	2.290	28	40.172
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.772	-	-	-	121.772	323.505	537	4.205	-	328.247
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029	134.400	-	3.618	-	138.018
Máquinas e Equipamentos	3%	169.636	837	-	-	170.473	390.701	2.134	506.879	-	899.714
Veículos	15%	60	-	-	-	60	142	-	-	-	142
Móveis e Utensílios	4%	90	10	-	-	100	169	10	30	-	209
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	603	-	-	104	707	1.715	-	-	4.270	5.985
Em curso (ii)		7.900	12	(2.290)	(1.009)	4.613	435.622	39.968	(517.122)	63.350	21.818
Total do custo do imobilizado		408.100	859	-	(905)	408.054	1.324.108	42.649	(100)	67.648	1.434.305
Depreciação											
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(33.048)	(2.665)	-	-	(35.713)	(86.098)	(7.164)	-	-	(93.262)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(25.147)	(2.025)	-	-	(27.172)	(35.744)	(4.721)	-	-	(40.465)
Máquinas e Equipamentos		(63.487)	(5.303)	-	-	(68.790)	(143.787)	(20.623)	-	-	(164.410)
Veículos		(60)	-	-	-	(60)	(138)	(2)	-	-	(140)
Móveis e Utensílios		(35)	(5)	-	-	(40)	(81)	(11)	-	-	(92)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(319)	(80)	-	-	(399)	(782)	(234)	-	-	(1.016)
Total da depreciação		(122.096)	(10.078)	-	-	(132.174)	(266.630)	(32.755)	-	-	(299.385)
Total do imobilizado líquido		286.004	(9.219)	-	(905)	275.880	1.057.478	9.894	(100)	67.648	1.134.920

Notas Explicativas

8 Imobilizado - Continuação

	Controladora					Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022	31/12/2021	Ativos adquiridos na aquisição de controladas	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022
Em serviço												
Terrenos	-	8.746	526	(357)	95	9.010	8.746	28.844	526	(357)	95	37.854
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.767	5	-	-	121.772	121.767	201.431	307	-	-	323.505
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029	99.029	35.351	20	-	-	134.400
Máquinas e Equipamentos	3%	169.194	442	-	-	169.636	169.194	220.939	568	-	-	390.701
Veículos	15%	60	-	-	-	60	60	82	-	-	-	142
Móveis e Utensílios	4%	53	37	-	-	90	53	79	37	-	-	169
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	784	-	-	(181)	603	784	1.086	-	-	(155)	1.715
Em curso		4.344	3.651	-	(95)	7.900	4.344	91.532	334.514	-	5.232	435.622
Total do custo do imobilizado		403.977	4.661	(357)	(181)	408.100	403.977	579.344	335.972	(357)	5.172	1.324.108
Depreciação												
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(30.382)	(2.666)	-	-	(33.048)	(30.382)	(51.550)	(4.166)	-	-	(86.098)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(23.122)	(2.025)	-	-	(25.147)	(23.122)	(10.297)	(2.325)	-	-	(35.744)
Máquinas e Equipamentos		(58.229)	(5.258)	-	-	(63.487)	(58.229)	(77.999)	(7.559)	-	-	(143.787)
Veículos		(60)	-	-	-	(60)	(60)	(77)	(1)	-	-	(138)
Móveis e Utensílios		(32)	(3)	-	-	(35)	(32)	(43)	(6)	-	-	(81)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(252)	(67)	-	-	(319)	(252)	(414)	(116)	-	-	(782)
Total da depreciação		(112.077)	(10.019)	-	-	(122.096)	(112.077)	(140.380)	(14.173)	-	-	(266.630)
Total do imobilizado líquido		291.900	(5.358)	(357)	(181)	286.004	291.900	438.964	321.799	(357)	5.172	1.057.478

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos da controladora e suas controladas e custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados referente as controladas “EAP I” e “EAP II”

(ii) Os saldos destacados na rubrica imobilizado em curso consolidado trata-se da composição dos custos realizados em benefício das obras nas controladas Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica do Agreste Potiguar II. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

(iii) O saldo de R\$ 100 na rubrica de transferências refere-se a servidões alocados no intangível.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

9 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte

Controladora					Consolidado				
Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023	31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2023	
Em serviço									
Servidões	0%	4.303	-	4.303	4.579	-	-	100	4.679
Software	0%	112	13	125	248	36	-	10	294
Outros intangíveis (ii)	19%	187	-	187	288	2.142	(7)	-	2.423
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	-	32.015
Em curso		16	(2)	14	106	200	-	(95)	211
Total do custo do intangível		26.494	11	26.505	42.402	2.378	(7)	15	44.788
Amortização									
Software		(99)	(8)	(107)	(230)	(14)	-	-	(244)
Outros intangíveis		(187)	-	(187)	(288)	(61)	-	-	(349)
Uso do bem público - UBP		(1.659)	(53)	(1.712)	(2.816)	(98)	-	-	(2.914)
Extensão da Concessão		(877)	(752)	(1.629)	(1.505)	(1.290)	-	-	(2.795)
Total da amortização		(2.822)	(813)	(3.635)	(4.839)	(1.463)	-	-	(6.302)
Total do intangível líquido		23.672	(802)	22.870	37.563	915	(7)	15	38.486

(ii) O montante de R\$ 2.142 apresentado na coluna de adições refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da Controladas “EAP I” e “EAP II”, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Controladora					Consolidado			
Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	31/12/2021	Ativos adquiridos na aquisição de controladas	Adições	31/12/2022	
Em serviço								
Servidões	0%	4.303	-	4.303	4.303	276	-	4.579
Software	0%	112	-	112	112	136	-	248
Outros intangíveis	19%	187	-	187	187	101	-	288
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	2.955	2.211	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	18.921	13.094	-	32.015
Em curso		14	2	16	14	48	44	106
Total do custo do intangível		26.492	2	26.494	26.492	15.866	44	42.402
Amortização								
Software		(91)	(8)	(99)	(91)	(130)	(9)	(230)
Outros intangíveis		(186)	(1)	(187)	(186)	(101)	(1)	(288)
Uso do bem público - UBP		(1.606)	(53)	(1.659)	(1.606)	(1.141)	(69)	(2.816)
Extensão da Concessão		(125)	(752)	(877)	(125)	(448)	(932)	(1.505)
Total da amortização		(2.008)	(814)	(2.822)	(2.008)	(1.820)	(1.011)	(4.839)
Total do intangível líquido		24.484	(812)	23.672	24.484	14.046	(967)	37.563

Notas Explicativas

9 Intangível - Continuação

(i) Passivo relacionado ao Uso do Bem Público

Controladora									
	31/12/2021	Adição	Pagame ntos	Transfe rência	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagame ntos	Transfe rência	31/12/2023
Passivo circulante	450	-	(511)	604	543	-	(550)	572	565
Passivo não circulante	4.264	931	-	(604)	4.591	695	-	(572)	4.714
	<u>4.714</u>				<u>5.134</u>				<u>5.279</u>

Consolidado										
	31/12/2021	Passivos Adquiridos na aquisição	Ajuste AVP	Pagamentos	Transfe rência	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagame ntos	Transfe rência	31/12/2023
Passivo circulante	450	380		(638)	731	923	-	(946)	989	966
Passivo não circulante	4.264	3.195	1.044		(731)	7.772	1.243	-	(989)	8.026
	<u>4.714</u>					<u>8.695</u>				<u>8.992</u>

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico da Controladora Foz do Rio Claro e sua controlada Ijuí Energia. O valor é estabelecido em contrato de concessão atualizado, e descontado a valor presente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Para fins de reconhecimento inicial foi mensurado pelo custo histórico.

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, no qual a Controladora “Foz” e sua Controlada “Ijuí” recolherá as parcelas mensais à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original na data base de agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo do uso do serviço de transmissão	759	700	1.099	1.030
Materiais e serviços	1.104	1.723	3.983	12.323
Retenção contratual	656	491	2.244	2.293
Ajuste negativo CCEE	-	72	1.439	392
Compra de energia	562	408	1.573	735
	3.081	3.394	10.338	16.773

A rubrica de fornecedores da Companhia e suas controladas é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essa operação assim como os passivos de CUST, Retenção contratual e compras de energia são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

Notas Explicativas

11 Empréstimos e Debêntures

11.1 1º Emissão de debêntures - Controlada

Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão na Controladora de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Foz do Rio Claro no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar Investimento S.A é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia + 1,70% a.a., expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil.

As amortizações ocorrerão em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1º emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas pela fiadora Alupar Investimento S.A., e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2023, as demais obrigações foram cumpridas.

11.2 Empréstimos BNDES - Controlada

O financiamento junto ao BNDES na Controlada Ijuí Energia S.A. teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José.

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. Aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. Aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. Aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

Notas Explicativas

11 Empréstimos e Debêntures - Continuação

Em 23 de janeiro de 2024 as controladas “EAP I” e “EAP II” realizaram a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 (EAP I) e R\$ 46.331 (EAP II) com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

Instrumentos Financeiros

As Controladas contrataram operações de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. As operações com o efeito do SWAP apresentam taxa da moeda US\$ (SOFR+0,60%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano.

Em 21 de dezembro de 2023 as Controladas contrataram operação de SWAP para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,70%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 1,13% ao ano.

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				Consolidado			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2023				31/12/2022			
					Indexador	Juros %		Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total
Citibank S.A	Eólica Agreste Potiguar I	21/06/2022	21/12/2023	104.308	100% da CDI	0,98% a.a	Semestral	-	169	17.336	17.505	-	156	105.897	106.053
Citibank S.A	Eólica Agreste Potiguar II	21/06/2022	21/12/2023	142.412	100% da CDI	0,98% a.a	Semestral	-	440	45.284	45.724	-	213	144.584	144.797
Circulante								-	609	62.620	63.229	-	369	250.481	250.850

11.4 Empréstimos BNB

Em 29 de setembro de 2023 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II celebraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139 para a “EAP I” e contrato nº 35.2023.9396.30267 no valor de R\$ 114.738 (EAP II) Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 71.518 para a “EAP I” e em 20 de dezembro de 2023 o valor total de R\$ 97.527 para a “EAP II”. Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo.

O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato.

Notas Explicativas**11 Empréstimos e Debêntures - Continuação****11.5 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:**

Movimentação de empréstimos, debêntures e empréstimos em moeda estrangeira	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial		625.252	611.981	947.370	611.981
Empréstimo adquirido em combinação de negócios		-	-	-	75.991
Ingresso de dívidas		-	-	169.143	246.720
Encargos de dívidas (*)	20	86.643	83.520	124.104	103.935
Amortização do principal		-	-	(186.032)	(4.972)
Amortização dos juros		(89.400)	(70.328)	(141.903)	(90.123)
Variação cambial		-	-	(1.402)	3.759
Variação monetária		-	-	735	-
(-) Custo de captação - a apropriar		79	79	(832)	79
		622.574	625.252	911.183	947.370

(*) Os encargos sobre empréstimos das controladas “Eólicas do Potiguar I” foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e “Eólicas do Potiguar II” até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis (R\$)	Controladora				
	31/12/2023				
	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total
Debêntures	-	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)
	(79)	149.921	149.921	299.943	599.706

Parcelas vencíveis (R\$)	Consolidado				
	31/12/2023				
	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total
Empréstimos - Controlada Ijuí	15.115	15.115	11.282	-	41.512
Empréstimo - Controlada EAP I e EAP II	3.550	3.629	4.289	153.754	165.222
Debêntures - Controladora	-	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar - Controladora	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)
	18.586	168.665	165.492	453.697	806.440

Notas Explicativas

12 Provisões de constituição dos ativos

Consolidado		
	31/12/2022	Ingresso
		31/12/2023
Eólica Agreste Potiguar I	-	7.066
Eólica Agreste Potiguar II	-	16.957
	-	24.023
		24.023

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado					
Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição/Relização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/Realização	Saldo em 31/12/2023
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	1.235	7.518	8.753	27.242	35.995
Imposto de renda diferido	21 309	1.879	2.188	6.810	8.998
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	21 -	-	-	21	21
Base negativa acumulada	1.235	7.531	8.766	27.358	36.124
Contribuição social diferida	21 111	678	789	2.462	3.251
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	21 -	-	-	7	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	420	2.557	2.977	9.300	12.277
	Saldo em 31/12/2021	Constituição/realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Passivo (ii)					
Base de cálculo - extensão da concessão	18.921	-	18.663	297	18.366
Imposto de renda diferido	21 (4.730)	189	(4.541)	218	(4.323)
Contribuição social diferida	21 (1.703)	69	(1.634)	79	(1.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	(6.433)	258	(6.175)	297	(5.878)
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.013)	2.815	(3.198)	9.597	6.399

(i) Ativo

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborara a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário.

Notas Explicativas

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

	2027	2028	Após 2028	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo fiscal	132	902	7.965	8.999
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	20	-	-	20
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo fiscal	48	325	2.878	3.251
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	7	-	-	7
	207	1.227	10.843	12.277

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Estimativa de liquidação IRPJ diferido - Extensão da concessão	188	188	188	3.571	4.323
Estimativa de liquidação CSLL diferida - Extensão da concessão	68	68	68	1.283	1.555
	256	256	256	4.854	5.878

14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas EAP I e EAP II sejam considerados relevantes para o negócio.

Em face da controlada Ijuí Energia as demandas com probabilidade de perda provável resumem-se á:

(i) Demandas Cíveis: um processo judicial de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R\$ 4.169 (o mesmo em 31 de dezembro de 2022).

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia e nem por suas controladas, no exercício findo de em 31 de dezembro de 2023, merecem destaques as seguintes demandas:

Notas Explicativas

14 Provisão para contingências - Continuação

(i) **Demandas tributárias:** Atualmente a Controladora possui um processo de natureza tributária (treze processos em 31 de dezembro de 2022), com valor em risco aproximado em R\$ 151 (R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2022). Em face da controlada “Ijuí”, atualmente existem três processos de natureza tributária, (três processos em 31 de dezembro de 2022) com valor em risco aproximado em R\$ 113 (R\$ 450 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(ii) **Demandas cíveis:** Em face da controlada “Ijuí”, atualmente existem dois processos de natureza cível (quatro processos em 31 de dezembro de 2022) com valor em risco aproximado em R\$ 963 (R\$ 1.006 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(iii) **Demandas Trabalhistas:** Atualmente a Controladora possui um processo de natureza trabalhista, com risco aproximado em R\$ 7. Em face da controlada “Ijuí”, atualmente existe um processo de natureza trabalhista (dois processos em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R\$ 997 (R\$ 920 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(iv) **Arbitrais/Ambientais/Regulatórios:** Não existem demandas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Controladora e de suas Controladas, sejam considerados relevantes para o negócio.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Dividendos declarados - Ijuí Energia S.A.	-	3.152	-	-
	-	3.152	-	-
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital em Controladas	-	99.560	-	-
	-	99.560	-	-
Passivo circulante				
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.	-	-	-	3.028
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	110	160	256	319
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	19	14	19	47
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	89	60	194	197
	218	234	469	3.591
Passivo não circulante				
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	252	250	386	823
Adiantamento para futuro aumento de capital em Controladas - Alupar Investimento S.A.	-	-	5.000	-
	252	250	5.386	823

Notas Explicativas

15 Partes relacionadas - Continuação

(B) Partes relacionadas: informações do resultado

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas e Custos				
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	-	-	1.872	-
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	19	(555)	-	(555)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A/AF Energia S.A	(36)	(29)	(41)	(51)
Prestação de serviços - AF Energia S.A (i)	19	(1.924)	(3.008)	(2.571)
	(1.548)	(2.508)	(1.177)	(3.177)

(i) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

15.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
01/09/21	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Debentures	Fiança prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas na Debênture de Foz	15/09/21	15/09/28	600.000	622.574
22/11/22	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100419110099700	23/11/23	25/11/24	1.435	1.435
21/11/19	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 009/2010. - Carta nº 100419110099700	23/11/23	25/11/24	1.435	1.435
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008500	25/05/23	25/05/24	245	245
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	84.140	84.140
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008600	30/11/23	25/05/24	373	373
25/05/22	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/25	114.738	114.738

15.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

Notas Explicativas**15 Partes relacionadas - Continuação**

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo (a)	(890)	(355)	(1.299)	(376)
Remuneração do conselho	(56)	(56)	(101)	(71)
Total	(946)	(411)	(1.400)	(447)

a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2023 e 31/12/2022				
	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Acionistas					
Alupar Investimento S.A	67.717.177	100	40.991.800	100	108.708.977
AF Energia S.A	1	-	-	-	1
Total das ações	67.717.178	100	40.991.800	100	108.708.978

Reserva de Lucros**a. Reserva legal**

- 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

Notas Explicativas

17 Lucro e prejuízo por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerador				
Prejuízo do exercício	(16.290)	(3.859)	(7.466)	(1.513)
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	67.717.178	67.717.178	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de ações preferenciais	40.991.800	40.991.800	40.991.800	40.991.800
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	(0,1498)	(0,0355)	(0,0687)	(0,0139)
Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$	(0,1498)	(0,0355)	(0,0687)	(0,0139)

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica				
Suprimento de energia	94.814	88.550	184.217	114.323
Ajuste positivo CCEE	2.091	1.519	5.185	1.763
	96.905	90.069	189.402	116.086
Deduções				
PIS - Programa de integração social	(1.585)	(1.464)	(2.186)	(1.633)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(7.300)	(6.743)	(10.075)	(7.525)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(852)	(792)	(1.599)	(1.037)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(259)	(234)	(559)	(292)
	(9.996)	(9.233)	(14.419)	(10.487)
Receita operacional líquida	86.909	80.836	174.983	105.599

Notas Explicativas

19 Custos e despesas operacionais

Nota	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis								
Encargos de uso da rede elétrica	(7.953)	-	(7.178)	-	(15.844)	-	(10.846)	-
Compensação financeira	(1.706)	-	(1.611)	-	(3.068)	-	(1.859)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(54)	-	(54)	-	(99)	-	(69)	-
Doações, contribuições e subvenções	(80)	(20)	(27)	(5)	(80)	(45)	(27)	(5)
	(9.793)	(20)	(8.870)	(5)	(19.091)	(45)	(12.801)	(5)
Custos gerenciáveis								
Energia comprada para revenda	(3.273)	-	(1.615)	-	(8.089)	-	(2.471)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	-	-	(555)	-	-	-	(555)	-
Seguros	(5.522)	(7)	(5.298)	(5)	(10.748)	(344)	(6.847)	(7)
Alugueis	(113)	(32)	(82)	(39)	(304)	(88)	(122)	(69)
Pessoal	(2.619)	(1.686)	(2.317)	(2.158)	(5.425)	(3.854)	(3.117)	(2.944)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(946)	-	(411)	-	(1.400)	-	(447)
Material	(392)	(25)	(517)	(43)	(1.205)	(66)	(616)	(92)
Serviços de Terceiros	(2.397)	(1.653)	(1.578)	(1.643)	(5.247)	(3.263)	(2.139)	(2.298)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(1.512)	-	(1.924)	-	(3.008)	-	(2.571)	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	241	-
Outros	(10)	(159)	(38)	(93)	(2.503)	(317)	(52)	(120)
Condenação Judicial	-	-	-	-	-	-	(2.851)	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	93	-	-
	(15.838)	(4.508)	(13.924)	(4.392)	(36.529)	(9.239)	(21.100)	(5.977)
Depreciação e Amortização								
	(10.755)	(82)	(10.710)	(69)	(33.896)	(223)	(14.993)	(122)
	(10.755)	(82)	(10.710)	(69)	(33.896)	(223)	(14.993)	(122)
Total	(36.386)	(4.610)	(33.504)	(4.466)	(89.516)	(9.507)	(48.894)	(6.104)

Os custos e despesas operacionais são classificados entre gerenciáveis e não gerenciáveis, em linha com os requerimentos regulatórios do setor elétrico.

20 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras (*)	13.695	33.586	16.824	33.591
Outras receitas financeiras	983	-	999	-
	14.678	33.586	17.823	33.591
Despesas financeiras				
Encargos sobre debentures, empréstimos e financiamentos (**)	(86.643)	(83.520)	(103.362)	(83.520)
Varição monetária sobre empréstimos	-	-	(1.182)	-
Varição monetária UBP	(695)	(931)	(1.243)	(1.044)
Outros	(517)	(504)	(1.061)	(3.022)
	(87.855)	(84.955)	(106.848)	(87.586)
Total líquido	(73.177)	(51.369)	(89.025)	(53.995)

(*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquido de impostos.

(**) Os encargos sobre empréstimos das controladas "Eólicas do Potiguar I" foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e "Eólicas do Potiguar II" até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após essa data foram contabilizados como despesa financeira.

Notas Explicativas

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Nota	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda (i)	Contribuição social (i)	Imposto de renda (i)	Contribuição social (i)
Prejuízo antes do IR e CS	(25.887)	(25.887)	(6.674)	(6.674)	(13.065)	(13.065)	(3.532)	(3.532)
(-/+) Adições e/ou exclusões	(1.355)	(1.471)	(844)	(857)	21	(95)	1.123	1.110
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(27.242)	(27.358)	(7.518)	(7.531)	(13.044)	(13.160)	(2.409)	(2.422)
Reversão do efeito prejuízo fiscal da controladora	-	-	-	-	27.242	27.358	-	-
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	-	-	-	-	225	3.925	(4.117)	(2.858)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	(27.242)	(27.358)	(7.518)	(7.531)	14.423	18.123	(6.526)	(5.280)
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	-	-	-	-	2.164	1.631	313	281
Alíquota de Adicional IRPJ 10%	-	-	-	-	1.372	-	202	-
Total dos tributos correntes	-	-	-	-	3.536	1.631	515	281
Tributos Diferidos Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(6.831)	(2.469)	(1.879)	(678)	(6.831)	(2.469)	(1.879)	(678)
Tributos Diferidos Extensão	(218)	(79)	(189)	(69)	(218)	(79)	(189)	(69)
Tributos diferidos	(7.049)	(2.548)	(2.068)	(747)	(7.049)	(2.548)	(2.068)	(747)
Total dos tributos	(7.049)	(2.548)	(2.068)	(747)	(3.513)	(917)	(1.553)	(466)
Alíquota efetiva	37,07%	42,18%	33,91%	57,16%				

(i) Os impostos apurados nas controladas “EAP I” e “EAP II” foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e “Eólicas do Potiguar II” até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora				Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo										
Caixa e bancos	373	373	3.677	3.677	14.874	14.874	30.011	30.011	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	3	3	14	14	3	3	3.017	3.017	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	115.786	115.786	123.347	123.347	126.932	126.932	198.403	198.403	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7.792	7.792	6.315	6.315	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Derivativos financeiros	-	-	-	-	-	-	3.180	3.180	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	11.716	11.716	10.807	10.807	30.811	30.811	22.001	22.001	-	Custo amortizado
	127.878	127.878	137.845	137.845	180.412	180.412	262.927	262.927		
Passivo										
Fornecedores	3.081	3.081	3.394	3.394	10.338	10.338	16.773	16.773	-	Custo amortizado
Empréstimos	-	-	-	-	225.380	225.380	71.268	71.268	-	Custo amortizado
Debêntures	622.574	618.176	625.252	653.396	622.574	645.619	625.252	653.396	-	Custo amortizado
Uso do bem público	5.279	5.279	5.134	5.134	8.992	8.992	8.695	8.695	-	Custo amortizado
Opções de compra de ações outorgada	-	-	-	-	7.677	7.677	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	63.229	63.229	250.850	250.850	-	Custo amortizado
	630.934	626.536	633.780	661.924	938.190	961.235	972.838	1.000.982		

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

1º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, possuem instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22.1 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

Controladora							
Aplicações financeiras - Controladora	Indexador	Posição em 31/12/2023 (*)	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			8,63%	4,31%	6,47%	10,78%	12,94%
Investimentos de curto prazo	CDI	115.786	9.992	4.990	7.491	12.482	14.983

Consolidado							
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			8,63%	4,31%	8,06%	10,78%	12,94%
Investimentos de curto prazo	CDI	126.932	10.954	5.471	8.213	13.683	16.425
Títulos e valores mobiliários	CDI	7.792	672	336	504	840	1.008
		134.724	11.627	5.807	8.717	14.523	17.433

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e debêntures - Controladora	Empresa	Indexador	Posição em 31/12/2023 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				8,63%	4,31%	6,47%	10,78%	12,94%
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	622.948	67.263	39.861	53.562	80.964	94.665

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

Empréstimos e debêntures - Consolidado	Empresa	Indexador	Posição em 31/12/2023 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				8,63%	4,31%	6,47%	10,78%	12,94%
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	622.948	67.263	39.861	53.562	80.964	94.665
Empréstimos moeda estrangeira	Eólica do Agreste Potiguar I e II	CDI +	62.620	6.068	3.341	4.704	7.431	8.795
				6,53%	3,27%	4,90%	8,16%	9,80%
Empréstimos	Ijuí Energia S.A	TJLP +	56.828	5.630	3.716	4.673	6.587	7.544
Empréstimos	Eólica do Agreste Potiguar I e II	TJLP +	168.552	16.698	11.021	13.860	19.537	22.376
			910.948	78.960	46.917	62.939	94.982	111.003

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

de Energia - MRE expõe a Companhia à um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da Controladora UHE Foz do Rio Claro e Controlada UHE São José – “Ijuí” nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. A partir de julho de 2020 a Companhia e sua controlada passaram a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de Descontratação

Todos os recursos da Controladora e sua controlada “Ijuí” estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, contratados por suas controladas.

Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, as controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023.

Controladora						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.081	-	-	-	-	3.081
Debêntures	(22)	22.890	(79)	599.785	-	622.574
Total	3.059	22.890	(79)	599.785	-	625.655

Consolidado						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	10.338	-	-	-	-	10.338
Debêntures	(22)	22.890	(79)	599.785	-	622.574
Empréstimos em moeda nacional	3.776	14.870	23.205	36.675	146.854	225.380
Empréstimos em moeda estrangeira	63.229	-	-	-	-	63.229
Total	77.321	37.760	23.126	636.460	146.854	921.521

Instrumentos financeiros derivativos

A partir do 2º trimestre de 2022 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, contrataram instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos				
Circulante	(22.957)	(25.686)	(104.998)	(291.896)
Não circulante	(599.958)	(599.876)	(811.275)	(656.494)
Dívida total	(622.915)	(625.562)	(916.273)	(948.390)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	116.162	127.038	149.601	237.746
Dívida líquida	(506.753)	(498.524)	(766.672)	(710.644)
Patrimônio líquido	154.670	171.478	377.372	386.627
Índice de endividamento líquido	3,28	2,91	2,03	1,84

Notas Explicativas

23 Benefícios a empregados

A Controladora e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Controladora reconheceu no resultado o montante de R\$ 740 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R\$ 660 em 31 de dezembro de 2022) e em face das suas controladoras o montante de R\$ 994 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2022) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

24 Cobertura de seguros

A Controlada e as controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Empresa	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	Foz do Rio Claro	1.127.020	560	18/06/2024
Risco de responsabilidade civil geral	Foz do Rio Claro	700.000	310	18/06/2024
Seguro de veículos	Foz do Rio Claro	100% Tabela Fipe	8	19/06/2024
Seguro de garantia	Eólica do Agreste Potiguar I	5.067	3	30/04/2024
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar I	10.000	7	21/07/2024
Risco de Engenharia	Eólica do Agreste Potiguar I	175.781	280	21/07/2024
Risco de Engenharia	Eólica do Agreste Potiguar II	440.071	101	28/07/2024
Risco nomeado e operacional (*)	Ijuí Energia	1.127.020	588	18/06/2024
Risco de responsabilidade civil geral	Ijuí Energia	700.000	310	18/06/2024
Seguro de veículos	Ijuí Energia	100% Tabela Fipe	7	19/06/2024
Total		4.284.959	2.174	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

Notas Explicativas

25 Eventos Subsequentes

1º Emissão de debentures – Controladas EAP I e EAP II

Em 15 de janeiro de 2024 as controladas “EAP I” e “EAP II” efetuaram a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 25.000 (EAP I) e R\$ 55.000 (EAP II) com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2039 (EAP I) e 15 de dezembro de 2038 (EAP II).

Quitação empréstimo em moeda estrangeira

Em 23 de janeiro de 2024 as controladas “EAP I” e “EAP II” realizaram o pagamento integral do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 (EAP I) e R\$ 46.331 (EAP II) com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

João Paulo Mendes do Nascimento
Contador - CRC 1SP218586/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Foz do Rio Claro Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos e debêntures, no montante de R\$ 911.183 mil para o consolidado e R\$ 622.574 mil para a controladora. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“covenants financeiros”) em conexão com esses contratos.

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos e debêntures e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes covenants financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-1SP184050/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 04 de março de 2024.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 04 de março de 2024.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico